



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

15797 - Resumo Expandido - Trabalho - 16ª Reunião Científica Regional da ANPEd - Sudeste (2024)

ISSN: 2595-7945

GT 03 - Movimentos sociais, sujeitos e processos educativos

A ESCOLA VAI FECHAR? UMA DENÚNCIA AO FECHAMENTO DE ESCOLAS PÚBLICAS CAMPESINAS NO ESPÍRITO SANTO

Eduardo Carlos Souza Cunha - UFES - Universidade Federal do Espírito Santo

Cláudia Vieira Küffer Chagas - UFES - Universidade Federal do Espírito Santo

A ESCOLA VAI FECHAR? UMA DENÚNCIA AO FECHAMENTO DE ESCOLAS PÚBLICAS CAMPESINAS NO ESPÍRITO SANTO

Este trabalho denuncia o fechamento de escolas públicas em território campesino no Estado do Espírito Santo e tensiona como esta política opera para o apagamento das Culturas dos Povos e Comunidades Tradicionais que geograficamente, politicamente e socialmente são diretamente atingidas.

Buscamos por meios de dados quantitativos e qualitativos e a partir de levantamento bibliográfico e documental, reverberar o fechamento das escolas públicas no Campo, analisando os contextos nacional e regional chegando ao nível estadual e elencar os possíveis impactos desta política nas Culturas dos povos e comunidades tradicionais.

Nesse viés, o processo de fechamento de escolas rurais apesar de concreto e contínuo não vem ocorrendo sem a geração de manifestações contrárias por parte dos movimentos sociais rurais, principalmente pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Segundo a campanha liderada pelo movimento, há a seguinte preposição:

Para essas famílias camponesas, o anúncio do fechamento de uma escola na sua comunidade ou nas redondezas significa relegar seus filhos ao transporte escolar precarizado, às longas viagens diárias de ida e volta, saindo de madrugada e chegando no meio da tarde; à perda da convivência familiar, ao abandono da cultura do trabalho do campo e a tantos outros problemas. [...] Portanto, fechar uma escola do campo significa privar milhares de jovens de seu direito à escolarização, à formação como cidadãos e ao ensino que contemple e se dê em sua realidade e como parte de sua cultura. Num país de milhares de analfabetos, impedir por motivos econômicos ou administrativos o acesso dos jovens à escola é, sim, um crime! (MST, 2011).

Uma gestão democrática se faz necessária na resistência ao fechamento arbitrário de escolas, promovendo uma educação inclusiva e participativa. Freire (2021a, p. 80) destaca que essa gestão deve superar padrões autoritários e fomentar uma abordagem dialógica na tomada de decisões, garantindo que a voz da comunidade seja ouvida.

De acordo com Freire (2003, p. 10), "todo planejamento educacional, para qualquer sociedade, tem que responder às marcas e aos valores dessa sociedade", o que significa que a gestão democrática deve estar alinhada com os valores e necessidades das comunidades rurais.

Nesse sentido, entendemos que cada gestor deve estar ciente de seu papel no contexto educacional, sendo, acima de tudo, um educador. Esses educadores gestores são representados por todos que lutam contra a hegemonia e contam com o apoio da comunidade escolar e da sociedade civil. Uma escola com ideais democráticos, sustentada por um conselho escolar fortalecido e uma gestão comprometida, desempenha um importante papel na resistência contra atitudes antidemocráticas, promovendo a participação da comunidade e a valorização das identidades locais.

Além disso, a articulação com outras escolas e movimentos sociais amplia o apoio e a visibilidade da causa. Inspirados pela visão de Freire (2021, p. 86) sobre a coragem dos oprimidos, esses educadores gestores fomentam a consciência crítica e desenvolvem políticas inclusivas que atendem às necessidades das comunidades rurais, garantindo que a educação seja um direito universal e respeite as especificidades locais. Assim, os gestores democráticos não apenas resistem às práticas autoritárias, mas também constroem um modelo educacional mais justo e alinhado com as necessidades dessas comunidades.

De acordo com os dados do censo escolar no período de 2010 a 2021, o fechamento das escolas públicas em áreas rurais na Educação Básica a nível nacional, regional e estadual, percebemos que estas apresentam constante elevação. De acordo com esse levantamento observamos na tabela a seguir que no período de 12 anos a nível nacional foram fechadas 25.859 escolas, o que representa 32,82%, a nível regional 3.008 escolas, o que representa 32,48%, e no Espírito Santo esse número chegou a 476 instituições.

Tabela 1 - Quantidade de escolas públicas rurais na Educação Básica 2010-2021

ANO	BRASIL	REGIÃO SUDESTE	ESPIRITO SANTO
2010	78.772	9.261	1.406
2011	75.678	8.897	1.342
2012	73.550	8.656	1.314
2013	70.219	8.269	1.263
2014	66.904	7.907	1.227
2015	64.079	7.515	1.191
2016	62.395	7.292	1.139
2017	60.047	7.025	1.089
2018	56.954	6.691	1.033
2019	54.693	6.439	1.003
2020	53.753	6.333	963
2021	52.913	6.253	930

Fonte: <http://portal.inep.gov.br/censo-escolar>

No caso do Espírito Santo os dados indicam 33,85% de seu total de escolas fechadas nos últimos anos. Está posto movimentos de resistência frente a arbitrariedade do poder público no fechamento de escolas. Neste sentido, inferimos que a resistência não se constitui apenas em um processo de autodefesa, como uma consequência da dominação que tenta se contrapor à opressão do opressor, mas sim, como um movimento de ação política e engajada. Freire (2000a, p.67) nos diz que “a boniteza de ser gente se acha, entre outras coisas, nessa

possibilidade e nesse dever de brigar”. Freire (2000b, p.41) ainda diz que “a acomodação é a expressão de desistência da luta pela mudança. Falta a quem se acomoda, ou quem se acomoda fraqueja, a capacidade de resistir” Segundo Caldart (2008) “a situação se torna mais crítica, à medida que sistematicamente o campo vem sendo desqualificado como espaço de prioridade para políticas públicas”.

O fechamento de escolas no Espírito Santo tem provocado consequências como: evasão escolar, deslocamento de alunos para áreas urbanas decorrentes dos processos de nucleação de escolas, entre elas, as classes multisseriadas, e o desencadeamento de processos de desvalorização da identidade dos sujeitos campesinos.

Assim, o fechamento de escolas em território campesino se constitui sim em uma tentativa cruel de apagamento das culturas dos povos e comunidades tradicionais, já que num processo excludente, desconsidera as potencialidades e possibilidades de uma Educação, não só, no/do Campo como na/para/com as Comunidades e acabam por criar estereótipos que acirram ainda mais o detrimento espacial, temporal, social, político e econômico da territorialidade campesina em relação à territorialidade urbana. Mesmo em meio ao fechamento de escolas, a educação do campo resiste e persiste, a partir da evidenciação das Culturas que permeiam o tempo e o espaço campesino.

Palavras-chave: Fechamento de escolas públicas; Território Campesino; Comunidades e Povos Tradicionais; Resistência.

Referências

- ARROYO, Miguel Gonzalez. **Por uma Educação do Campo**. Petrópolis. – RJ: Vozes, 2011.
- CALDART, Roseli Salete. **Sobre Educação do Campo**. In: SANTOS, Clarice Aparecida dos (Org.). Educação do Campo: campo - políticas públicas – educação. Brasília: INCRA; MDA. 2008
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2000a.
- _____. **Pedagogia da indignação: Cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo, UNESP, 2000b.
- _____. **À Sombra Dessa Mangueira**. 15ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.
- _____. **Educação e Atualidade Brasileira**. São Paulo: Cortez, 3ª ed. 2003.
- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Educadores lançam manifesto contra o fechamento de escolas rurais**. MST: 2011. Disponível em <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/11/43/educadores-lanccedilam-manifesto-contra-o-fechamento-de-escolas-no-meio-rural> Acesso em: 12 jul. 2024.

